

CERTAME Nº 0245/2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2017
Processo nº 04.001.027.17.74

LICITAÇÃO COMPOSTA DE 10 ITENS COM ADOÇÃO DE LOTE ÚNICO
COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

- **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO – TUBO COLETOR, ARTIGO PARA PUNÇÃO, AGULHA E OUTROS, COM FORNECIMENTO DE DESTAMPADORAS DE TUBOS EM COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, PARA ATENDER DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**
- **TIPO: MENOR PREÇO, AFERIDO POR LOTE**
- **O CREDENCIAMENTO para este Pregão deverá ser efetuado até às 08:30 horas do dia 01/10/2018 – HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme item 8.4 deste edital.**
- **As PROPOSTAS COMERCIAIS poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 09:00 horas do dia 01/10/2018, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme item 11.1 deste edital.**
- **A SESSÃO PÚBLICA DE LANCES na Internet será aberta às 10:00 horas do dia 01/10/2018, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 12.3 deste edital.**
- **FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** Os pedidos poderão ser formulados de acordo com o item “5” deste edital.
- **PRAZO DA DISPUTA:** A etapa inicial de recebimento dos lances será encerrada automaticamente após 10 (dez) minutos, podendo ser prorrogado por decisão do(a) pregoeiro(a), seguindo-se um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos. O sistema emitirá, durante a disputa, aviso alertando para o fechamento iminente do pregão.
- **SITE PARA CONSULTAS:** www.licitacoes.caixa.gov.br e www.pbh.gov.br.
- **FONE:** (31) 3277-7735 – (31) 3277-7781
- **CARTILHA DO FORNECEDOR:** Deverá ser de conhecimento de todos os licitantes, podendo ser impressa por meio do “site” www.licitacoes.caixa.gov.br, através da Aba “O QUE É” → TUTORIAIS, para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.



- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília.

1. DO PREÂMBULO

A Diretoria de Logística da Secretaria Municipal de Saúde torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, nos termos dos Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06, 15.113/13 e nº 16.538/16, da Lei Municipal nº 10.936/16, das Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e Lei Complementar nº 123/06, observadas ainda as determinações da Lei Federal nº 12.846/13.

2. DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de Materiais de laboratório para realização de coleta de sangue a vácuo – tubo coletor, artigo para punção, agulha e outros, com comodato de destampadoras de tubo para atender demanda do Município de Belo Horizonte, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I deste edital.

3. DAS DISPOSIÇÕES/RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

3.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condição de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o “site” www.licitacoes.caixa.gov.br

4. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias.

2302.3401.10.301.157.2690.0001.339030.24.03.50.01.48

2302.3401.10.301.157.2690.0001.339030.24.03.50.01.55

2302.3401.10.305.028.2829.0008.339030.24.03.50.01.50

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório poderão ser realizados por qualquer pessoa e deverão ser enviados até o 2º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública de lances, preferencialmente via INTERNET, por meio do endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme passo a passo a seguir: “Acesso ao Sistema” → “Se você é licitante, faça login aqui: acessar” → “Entrar” → “Outras ações” → “Questionamento” → selecionar no campo “Atividade” o presente Pregão Eletrônico → Digitar ou anexar Arquivo e “Enviar Questionamento”

5.1.1. Os pedidos de esclarecimento também poderão ser entregues diretamente na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde situada na Av. Afonso Pena, 2336 – 6º andar, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 8h às 17h ou enviadas para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br.

5.2. As respostas poderão ser acessadas por todos os licitantes no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “*Painel Geral*”, selecionando o número do certame desejado e clicando na aba “*Pedidos de Esclarecimento*”.

5.2.2. As respostas referentes aos pedidos entregues conforme o subitem 5.1.1 poderão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.pbh.gov.br.

6. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até o 2º dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme passo a passo a seguir: “*Acesso ao sistema*” → “*Se você é licitante, faça login aqui: acessar*” → “*Entrar*” → “*Outras ações*” → “*Impugnação*” → selecionar no campo “*Atividade*” o presente Pregão Eletrônico → Digitar ou anexar Arquivo e “*Enviar*”.

6.1.1. As razões de impugnação também poderão ser entregues diretamente na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Av. Afonso Pena, 2336 – 6º andar, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 8h às 17h ou enviadas para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br.

6.2. Na hipótese de envio das razões de impugnação ao edital para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br, os documentos originais deverão ser entregues no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados do prazo final para sua apresentação na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Av. Afonso Pena, 2336 – 6º andar, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, impreterivelmente no horário de atendimento, de 8h às 17h.

6.3. As respostas às impugnações poderão ser acessadas por todos os licitantes no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “*Painel Geral*”, selecionando o número do certame desejado e clicando na aba “*Impugnações*”.

6.3.2. As respostas referentes aos pedidos entregues conforme o subitem 6.1.1 poderão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.pbh.gov.br.

6.4. Não será acolhida impugnação fora do prazo legal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio.
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município;
- c) tenham sido declarados inidôneos ou impedidos de licitar e contratar em qualquer esfera de Governo;
- d) estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;
- e) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

7.3. A observância das vedações do subitem 7.2 é de inteira responsabilidade do LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

8. DO CADASTRO, DA CERTIFICAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1. Para participar deste Pregão o interessado deve providenciar Cadastro no Portal de Compras “Licitações CAIXA”, realizar a Certificação da documentação necessária e efetuar o Credenciamento neste certame específico.

8.2. O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: aba “Cadastro” → escolher a opção “*pessoa física*” ou “*pessoa jurídica*” → preencher os dados do “*pré-cadastro*” → concordar com o Contrato de Adesão → “*Concluir o Pré-cadastro*”.

8.2.1. Na sequência, o interessado deve comparecer a uma agência da CAIXA para finalizar o Cadastro e realizar a Certificação da documentação.

8.3. Para realizar a **CERTIFICAÇÃO** o interessado deve apresentar os seguintes documentos originais ou cópia autenticada:

■ Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do representante da empresa; CPF e Comprovante de endereço.

■ Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; CPF; Comprovante de endereço e Procuração (quando for o caso).

8.3.2. A procuração deve ser elaborada por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida e deve ser acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.

8.3.3. Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentada cópia autenticada, ou cópia acompanhada dos originais, do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.3.4. A Certificação tem vigência de 1 (um) ano, após esse prazo deverá ser renovada em uma agência CAIXA.

8.3.5. Quando houver alteração cadastral a Certificação é suspensa e o Licitante deve comparecer a uma agência CAIXA para reativar a Certificação, munido da documentação acima.

8.3.6. Finalizado o cadastro e a Certificação na agência, o sistema encaminhará ao licitante mensagem informando “Senha Bloqueada/Código de Validação” para desbloqueio do cadastro e geração de nova senha.

8.3.6.1. O desbloqueio da senha deve ser efetuado em até 72 horas do horário em que o cadastro foi finalizado. Caso a confirmação não seja realizada no período estipulado, os dados serão excluídos da base e será necessário comparecer a uma agência da CAIXA e solicitar nova senha.

8.3.6.2. A nova senha de acesso deve ser elaborada, obrigatoriamente, de acordo com as orientações recebidas por e-mail.

8.4. Após essa etapa, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** específico para este pregão, exclusivamente por meio do eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> → efetuar *login* por meio da opção “Acesso ao Sistema” → em seguida “*Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar*” → na “*Área do Licitante*” escolher a opção “*Credenciar*” localizado no quadro “*Minhas Atividades*” → selecionar o certame desejado → clicar na Atividade “*Credenciamento*” → selecionar a declaração de ciência → marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique → finalizar o credenciamento clicando em “*Concordar*”.

8.4.1. Encerrado o prazo previsto não será possível o credenciamento para participação neste Pregão Eletrônico.

8.4.2. Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrado como beneficiário (MPE), nos termos do art. 3º da LC 123/2006, o licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 8.4, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.

8.4.2.1. O sistema somente identificará o licitante como beneficiário (MPE) caso faça a opção indicada no item 8.4.2, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.

8.5. Até o final do prazo de credenciamento, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar. Os procedimentos para cadastramento, citados no item 8.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.

8.6. A certificação possibilita a participação em todos os Pregões Eletrônicos disponíveis no site eletrônico da CAIXA, sendo que o credenciamento é específico para cada Pregão Eletrônico, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de um pregão eletrônico realizado no portal “Licitações CAIXA”.

8.7. O link “Credenciar”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 8.4, permite o acesso a todos os Pregões Eletrônicos que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “Edital”.

8.8. Ao clicar em “Credenciar” no Pregão Eletrônico escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

8.9. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à CAIXA ou ao Município de Belo Horizonte a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

8.10. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

9.4. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

9.5. Se o site “Licitações CAIXA” ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-mail ou sistema, aos participantes.

9.6. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.6.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.

9.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.8. O licitante deverá adotar como referência para sua proposta as informações constantes no presente edital e seus anexos.

9.9. **É vedada a participação de um mesmo procurador como representante de licitantes diferentes em um mesmo lote.**

9.10. O licitante poderá concorrer apenas ao lote que for de sua conveniência, desde que em sua totalidade.

10. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá em especial as seguintes atribuições:

- a) coordenar o procedimento licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas relativas ao edital, apoiado pela unidade técnica responsável requisitante;
- c) abrir e conduzir a sessão pública na internet;

- d) abrir as propostas de preços, examiná-las e classificá-las para a disputa de lances;
- e) conduzir a etapa de lances;
- f) julgar a proposta e a habilitação do arrematante;
- g) receber, examinar e decidir recurso, encaminhando-o à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) declarar o vencedor do certame;
- i) adjudicar o objeto, exceto quando, havendo recurso, mantiver a sua decisão, hipótese em que a adjudicação será feita por autoridade superior;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.

10.2. Todas as ações do pregoeiro serão formalizadas via Sistema Eletrônico.

11. DA PROPOSTA COMERCIAL

11.1. A **Proposta Comercial** deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, na “Área do Licitante”, efetuar login por meio da opção “Acesso ao Sistema” → botão “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → escolher “Encaminhar/Alterar Propostas” → selecionar o certame desejado → clicar na Atividade “Envio de Proposta” → selecione o item desejado → digite o valor proposto → anexe a Proposta Comercial → clique no botão “Enviar Proposta”.

11.1.1. A **Proposta Comercial inicial** a ser anexada deverá conter o valor global do lote. Os valores unitários serão exigidos apenas na **Proposta Ajustada**.

11.1.2. No valor proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.

11.2. A **Proposta Comercial com o valor GLOBAL** deve ser anexada em arquivo único, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods.

11.3. A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** e deve corresponder ao seu respectivo **VALOR GLOBAL**.

11.4. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → efetuar login → escolher “Encaminhar/Alterar Proposta” → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta.

11.4.3. Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 11.3.

12. DOS PROCEDIMENTOS

12.1. Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

12.2. Em seguida, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

12.2.1. O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão pública de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a declaração do vencedor do certame, conforme o item 17 deste edital.

12.2.2. A disputa dos lotes poderá ocorrer de forma simultânea.

12.3. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência: “*Acesso ao Sistema*” → “*Se você é licitante, faça login aqui: acessar*” → “*entrar*” → *Minhas Atividades* → *Efetuar Lances*, no dia e horário informados no Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema, correspondente ao **VALOR GLOBAL**.

12.3.3. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, vedada a desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

12.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

12.4.1. o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

12.4.2. no caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

12.4.3. os lances a serem ofertados devem corresponder ao **VALOR GLOBAL**.

12.5. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

12.6. Na sessão pública de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível, este poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

12.7. A sessão pública de lances do pregão será composta de duas etapas, sendo a primeira encerrada após o tempo predeterminado, podendo este ser prorrogado a critério do pregoeiro, resguardado o tempo mínimo de 10 minutos, e a segunda aleatória determinada pelo sistema, consistindo em um tempo de até 30 (trinta) minutos.

12.8. A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

12.9. Encerrada a sessão pública de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do menor valor.

12.9.1. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.

12.10. Caso o menor valor seja ofertado por um beneficiário da LC 123/2006 (MPE), o pregoeiro abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 12.14.

12.11. Ocorrendo a situação de empate prevista nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, após a disputa de cada lote, o Sistema Eletrônico possibilitará a condução pelo pregoeiro dos procedimentos para concessão dos benefícios previstos.

12.11.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas eletrônicas apresentadas pelos beneficiários da Lei Complementar 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, que não tiver sido apresentada por empresa beneficiária.

12.11.2. O pregoeiro agendará sessão pública para oportunizar o direito de preferência à MPE apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da sessão pública de lances.

12.11.3. Se houver igualdade de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, será realizado sorteio para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.

12.12. Nas hipóteses de desclassificação ou inabilitação do então arrematante, será verificada a **ocorrência de nova situação de empate**, assegurando a preferência de contratação para os beneficiários da **Lei Complementar nº 123/2006**, procedendo da seguinte forma:

12.12.1. A convocação para concessão dos benefícios previstos será realizada com antecedência mínima de 06 (seis) horas, onde será concedido ao beneficiário mais bem classificado, oportunidade de exercer o seu direito de preferência, **no prazo máximo de 5 (cinco) minutos**, apresentando proposta de preço inferior à atual, ofertada por empresa que não esteja enquadrada como beneficiária. Tal proposta deverá ser apresentada no prazo e limites estabelecidos pelo pregoeiro.

12.12.2. A não apresentação de proposta no prazo estipulado implicará na decadência do direito conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo convocadas as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, respeitada a ordem de classificação das propostas, para o exercício do mesmo direito, observado o procedimento previsto no subitem anterior;

12.12.3. Havendo o exercício de preferência pela MPE, o pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 12.14.

12.13. Na hipótese de não ocorrência de lances durante a sessão e caso haja igualdade dos valores das propostas apresentadas será realizado sorteio para classificação das propostas, observando-se na sequência o direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

12.14. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro poderá **negociar** com o licitante melhor classificado para que seja obtido menor valor, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - na “Área do Licitante”, efetuar o login no sistema por meio da opção “*Acesso ao Sistema*”, botão “*Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar*”, escolher a opção “*Efetuar Negociação*”.

12.15. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta de menor valor.

13. DOS DOCUMENTOS A SEREM INSERIDOS NO SISTEMA APÓS A SESSÃO DE PÚBLICA DE LANCES

13.1. Encerrada a sessão pública de lances, o Pregoeiro solicitará ao licitante o envio de:

13.1.1. **proposta ajustada**, contendo apenas o valor global adequado ao preço negociado.

13.1.1.1.A proposta ajustada deve ser encaminhada no prazo determinado pelo pregoeiro, sendo assegurado ao licitante o prazo mínimo de **02 (duas) horas**, por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → efetuar login, no quadro “Minhas Atividades” → escolher “Encaminhar Proposta ajustada”.

13.1.1.2. **Será desclassificada a proposta que:**

13.1.1.2.1. não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

13.1.1.2.2. contenha vícios insanáveis;

13.1.1.2.3. apresente preço e/ou vantagem baseados em outras propostas;

13.1.1.2.4. apresente preço manifestamente inexequível ou não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município de Belo Horizonte;

13.1.1.2.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, disponível em tempo real para todos os licitantes.

13.1.2. **Declaração de que atende a todos os requisitos de habilitação** exigidos no edital, nos termos do Anexo III.

13.1.2.1.A declaração deverá ser encaminhada no prazo determinado pelo pregoeiro, sendo assegurado ao licitante o prazo mínimo de **02 (duas) horas**, por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → efetuar login, no quadro “Minhas Atividades” → escolher “Encaminhar Documentação de Habilitação”.

13.1.3. O prazo estipulado nos subitens 13.1.1.1 e 13.1.2.1 poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo licitante durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14. AMOSTRAS

14.1. Para fins de verificação da adequabilidade do(s) produto(s) em face das exigências deste Termo, poderá ser solicitado a entrega de 01 (uma) amostra no prazo de 3 dias úteis contados da convocação.

14.2. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser etiquetadas contendo identificação da empresa interessada, número do pregão, código do item e número do lote.

14.3. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregues nas dependências da GCOMP- SA – Gerência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena, 2336 – 6º andar – Savassi, CEP 30130-012, Belo Horizonte/MG, no horário de 09h às 17 h.

14.4. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregues em embalagem original ou na qual será(ão) entregue(s) o(s) produto(s) (contendo as informações gerais do mesmo).

14.5. Será desclassificada a proposta cujas amostras estejam em desacordo com as exigências deste Termo e da legislação aplicável.

14.6. As amostras e bulas da empresa vencedora quando solicitadas, serão retidas pela Administração e poderão ser encaminhadas às unidades receptoras do(s) produto(s) para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega.

14.7. **Para os itens em que houver a necessidade de apresentação de amostra para avaliação da adequabilidade às exigências deste Termo**, os produtos serão avaliados conforme os critérios técnicos descritos a seguir:

a) As amostras recebidas serão avaliadas inicialmente pela Referência Técnica Laboratorial da GEIAS quanto às características técnicas descritas na especificação de cada item e adequação à proposta tais como: adequação ao uso, lote, marca, vida útil, número do registro no M. Saúde. Quanto à embalagem, será verificado: adequação à capacidade oferecida na proposta, apresentação dos dados do produto e vedação sem extravasamento do líquido (em caso de produto líquido).

b) Após as avaliações iniciais pela Referência Técnica Laboratorial da GEIAS, os produtos que estiverem aptos ao uso terão suas aquisições aprovadas se forem de marcas em uso na SMSA e com bom desempenho técnico durante o período de uso.

c) Para os produtos que estiverem aptos ao uso, porém forem de marcas não usadas na SMSA ou que tenham sido utilizadas na SMSA e apresentaram alguma reclamação quanto ao uso, serão enviados para Teste de Desempenho Técnico nos Laboratórios da SMSA.

d) Se for de interesse dos fornecedores participantes, estes poderão acompanhar a realização dos testes na Unidade Laboratorial a qual o produto foi destinado em conjunto com a Área Técnica realizadora das avaliações. Deverá ser agendada uma data para o acompanhamento conjunto entre as partes.

e) Para as avaliações nos laboratórios da SMSA, serão utilizados critérios técnicos por comparativos dos resultados do produto em teste frente ao produto em uso como método em referência. (em uso e já aprovado para uso na SMSA). Após a finalização das avaliações o Laboratório emitirá um parecer técnico aprovando ou não o produto avaliado para o uso na SMSA.

f) As amostras que não forem utilizadas nos testes, ficarão sob a guarda da SMSA até a homologação do pregão. Após a homologação, os mesmos deverão ser retirados no prazo

máximo de 30(trinta) dias, sendo que a SMSA não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual recolhimento dos mesmos. Findo do prazo aludido, a administração providenciará o descarte das amostras.

14.8. A entrega de amostra fora do local ou prazo indicado pelo(a) pregoeiro(a) ou a sua reprovação pela área técnica da SMSA acarretará a desclassificação do licitante.

14.9. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra.

14.10. Caso o objeto ofertado não seja aceito ou tecnicamente incompatível, o arrematante será desclassificado e será chamado o segundo colocado, ou outros sucessivamente, até a declaração do vencedor.

14.11. A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá a sua desclassificação no certame.

14.12. O(s) preço(s) registrado(s) terá(ão) como base o(s) produto(s) e a(s) marca(s) apresentada(s) para análise da(s) amostra(s), que deverá(ão) prevalecer até o final do fornecimento, salvo hipóteses previstas no edital.

14.13. Validação:

Toda a logística, (incluindo, se necessário, transporte dentro das condições pré analíticas ideais), das amostras a outros serviços é de responsabilidade do licitante vencedor.

Todos os itens deverão ser validados por meio de protocolo de validação, com no mínimo 20 (vinte) amostras de cada item.

O processo de validação deverá ser sem ônus para a CONTRATANTE, incluindo todos e quaisquer reagentes e consumíveis.

O licitante vencedor deverá garantir o acompanhamento da validação e dar todo e qualquer suporte em termos de assessoria científica.

O licitante vencedor deverá garantir o acompanhamento da validação e dar todo e qualquer suporte em termos de assessoria científica.

O licitante vencedor deverá garantir o acompanhamento da validação e dar todo e qualquer suporte em termos de assessoria científica.

O julgamento final dos dados de validação será responsabilidade dos profissionais do Laboratório Distrital da SMSA cujos profissionais emitirão parecer técnico.

- Para os itens de código 10291, 48241 e 48242 serão avaliados os seguintes aspectos:

a)Mínimo de 20 amostras de cada item;

b)Biossegurança, travamento, corte, integridade, encaixes dos dispositivos de segurança e qualidade do tubo vinílico quanto ao scalpe;

Todos os produtos serão avaliados quanto ao conteúdo de seus rótulos, considerando a presença do nº de lote, validade.

- Para os itens de códigos 3958, 12323, 12341, 56374, 64399, 64400 e 64527 serão avaliados os seguintes aspectos:

a)Mínimo de 20 amostras de cada item;

b)Dimensão (altura, diâmetro), volume, capacidade do vácuo, vedação, adaptação aos equipamentos em uso para realização dos exames, resistência a impactos, resistência a variação de temperatura nos limites de - 20 a 60 °C

c) Todos os produtos serão avaliados quanto ao conteúdo de seus rótulos, considerando a presença do nº do lote, validade, indicação de volume final, aditivo, linha de preenchimento máximo;

Para o tubo de coleta contendo gel separador, serão avaliados ainda sua capacidade de formar camada única de separação, capacidade de separação dos elementos sanguíneos, estabilidade da amostra por 48 horas sem interferência nos resultados dos exames após centrifugação, preservação da integridade dos elementos sanguíneos;

- A destampadora de tubos cedida em comodato (se houver necessidade) será avaliada sob os seguintes aspectos:

- a) Capacidade;
- b) Velocidade;
- c) Biossegurança;
- d) Geração de ruído;
- e) Encaixe dos tubos no próprio equipamento;
- f) Entupimentos;
- g) Extravasamentos.

Concluído o processo de validação, os profissionais do laboratório responsáveis pelo mesmo emitirão parecer técnico, compreendendo a avaliação da facilidade de operacionalização, capacidade operacional, qualidade técnica e adequação à rotina do laboratório, bem como todo o sistema de funcionamento dos itens objeto deste certame

14.14. A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá a sua desclassificação no certame.

O(s) preço(s) registrado(s) terá(ão) como base o(s) produto(s) e a(s) marca(s) apresentada(s) para análise da(s) amostra(s), que deverá(ão) prevalecer até o final do fornecimento, salvo hipóteses previstas no edital.

15. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA (HABILITAÇÃO E PROPOSTA)

15.1. Os documentos exigidos neste edital (Proposta Impressa Ajustada e Documentos de Habilitação) deverão ser entregues, no prazo de até 3 (três) dias úteis da convocação do pregoeiro.

15.1.1. A documentação e a proposta deverão ser apresentadas em envelope fechado, na Avenida Afonso Pena, n.º 2.336 – 6º andar, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-012, no horário de 08:00 às 17:00 horas, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LOGÍSTICA / GERÊNCIA DE COMPRAS
LICITANTE:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE COLETA DE SANGUE A VÁCUO – TUBO COLETOR, ARTIGO PARA PUNÇÃO, AGULHA E OUTROS, COM DESTAMPADORAS DE TUBOS EM COMODATO.

15.2. A proposta ajustada impressa deverá ser apresentada, conforme modelo Anexo I, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo e deverá conter:

15.2.1. razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

15.2.2. modalidade e número da licitação;

15.2.3. especificação do objeto licitado, conforme este edital e anexos, indicando marca e modelo, se houver.

15.2.4. valor global do lote, discriminando o valor unitário do(s) item(ns) que o compõe;

15.2.4.1.o(s) valor(es) unitário(s) deve(m) ser apresentado(s) em moeda nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

15.2.4.2.o valor global do(s) lote(s) deve ser apresentado em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

15.2.4.2.1. Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o preço unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada lote obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.

15.2.5. declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;

15.2.6. nome e número do Banco e da Agência e número da conta corrente.

15.2.7. indicação do representante legal da empresa responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

15.2.8. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado para pagamento em até 30 (trinta) dias e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos itens, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a aquisição.

15.3. Juntamente com a proposta ajustada a empresa arrematante deverá encaminhar:

15.3.1. Declaração de beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo Anexo V, no caso de beneficiário.

15.3.2. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo Anexo VI.

15.4. O pregoeiro poderá solicitar a demonstração da exequibilidade da proposta após o término da fase competitiva.

15.5. Só será aceito um preço e uma marca para cada item / produto.

16. DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

16.1. Será considerado habilitado o licitante que atender ao disposto abaixo:

16.1.1. Se cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município – SUCAF:

- a) com situação regular e habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado (s) deverá apresentar ao pregoeiro a documentação prevista nos subitens 16.1.1.1 a 16.1.1.3 deste edital;
- b) com documentação vencida, mas habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (veis) com o (s) objeto (s) licitado (s), deverá apresentar ao pregoeiro o (s) documento (s) regularizador (es) e a documentação prevista nos subitens 16.1.1.1 a 16.1.1.3 deste edital;
- c) com situação regular, mas não habilitado na (s) linha (s) de fornecimento compatível (véis) com o (s) objeto (s) licitado(s), deverá apresentar ao pregoeiro além dos documentos exigidos nos subitens 16.1.1.1 a 16.1.1.3 deste edital, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões), para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s) licitado(s).

16.1.1.1. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme modelo do Anexo IV.

16.1.1.2. Alvará Sanitário ou Licença Sanitária / Licença de Funcionamento, expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, de acordo com a sede da Licitante.

16.1.1.3. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

16.1.2. Se não cadastrado no SUCAF, deverá apresentar toda documentação relacionada abaixo:

16.1.2.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, Carteira de Identidade, Registro Profissional ou outro), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

16.1.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.1.2.3. **Qualificação Técnica:**

16.1.2.3.1 - Alvará de Autorização Sanitária emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária.

O Alvará de autorização sanitária emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.

16.1.2.3.2 - Comprovação de autorização de funcionamento do interessado junto ao Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

- a) Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014.
- b) A empresa que não tiver a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente cometerá infração sanitária e estará sujeita a pena de advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa, de acordo com os termos da Lei nº 6.437/1977.

16.1.2.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

16.1.2.5. **Declarações**

- a) Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme modelo do Anexo IV.

16.2. Para conhecimento da linha de fornecimento o licitante deverá consultar o “site” www.pbh.gov.br/sucaf e clicar dentro da coluna Informações Específicas no “link” TABELA - LINHAS DE FORNECIMENTO.

16.3. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, quando houver, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

16.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, devendo ser observado:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da mesma;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.5. Para fins de habilitação, **os documentos que não possuírem prazo de validade** deverão possuir data de emissão de no máximo **180 (cento e oitenta) dias**, tendo como referência a data de abertura do pregão.

16.5.1. Não se enquadram no **subitem** 16.5 os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, inclusive quanto aos atestados de capacidade técnica.

16.6. Os beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 deverão apresentar toda a documentação de habilitação referente à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, como condição para ter o objeto adjudicado a seu favor.

16.6.1. A comprovação referida no subitem acima poderá ser realizada por meio do Relatório de Situação do Fornecedor do SUCAF.

16.6.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a devida regularização ocorrerá conforme disposto no subitem 17.3.

16.7. Para efeito do julgamento da habilitação, o pregoeiro considerará como referência para a validação dos documentos a data da abertura das propostas, salvo na ocorrência do previsto no § 1º do art. 43 da LC nº 123/06.

16.8. A regularidade da situação do licitante no SUCAF será confirmada por meio de consulta on-line ao Sistema. Procedida a consulta, serão impressos relatórios de situação de cada participante.

17. DO JULGAMENTO

17.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor e após transcurso do prazo recursal será adjudicado o objeto do certame.

17.2. Se o licitante desatender às exigências quanto à habilitação e/ou a proposta, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao presente edital, podendo negociar com o licitante para obter proposta com menor valor.

17.3. Após a declaração do vencedor e havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado aos beneficiários da Lei Complementar n° 123/06 o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da mesma.

17.3.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista prevista no subitem 17.3 dependerá de requerimento pelo interessado, devidamente fundamentado, dirigido ao pregoeiro.

17.3.2. O requerimento deverá ser apresentado dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização fiscal e trabalhista.

17.3.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nas Leis Federais n° 8.666/93 e n° 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes.

18. DOS RECURSOS

18.1. Declarado o vencedor ou restando o lote fracassado, o licitante, inclusive aquele que foi desclassificado antes da sessão pública de lances, deverá manifestar motivadamente a intenção de recorrer no formulário eletrônico disponibilizado no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br – na “Área do Licitante” → efetuar o login no sistema por meio da opção “Acesso ao Sistema” → selecionar “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → escolher a opção “Intenção de Recurso” localizada no quadro “Outras Ações”, nas 24 (vinte e quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração de vencedor ou do lote fracassado.

18.2. Será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, contados do término do prazo para manifestação motivada da intenção de recorrer. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a ser contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.2.1. O(s) recurso(s) e contrarrazões deverá(ão) ser encaminhado(s) preferencialmente nos termos do item 18.1. Poderá(ão) ser entregue(s) também diretamente na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena., n.º 2.336 - 6º andar, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 8h às 17h ou enviado(s) para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br. A resposta será inserida na aba “atas do certame”.

18.3. A ausência de manifestação da intenção de recorrer, a ausência da motivação da intenção ou a não apresentação das razões de recurso importará na decadência do direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4. O(s) recurso(s) será(ão) julgado(s) pela autoridade competente ou por quem esta delegar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição ou, quando for o caso, da data final para interposição das contrarrazões.

18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6. Na hipótese de envio das razões do recurso e das contrarrazões para o e-mail cplsmsa@pbh.gov.br, os documentos originais deverão ser entregues no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados do prazo final para sua apresentação na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena., n.º 2.336 - 6º andar, Savassi - Belo Horizonte / MG, CEP 30.130-012, no horário de 8h às 17h.

18.7. Não serão acolhidos recursos apresentados fora do prazo legal, nem subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para representar o licitante.

19. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO, AFERIDO PELO VALOR GLOBAL DO LOTE**, observadas as exigências deste edital e seus anexos.

19.1.1. No certame será analisado o valor unitário de cada item/produto que compõem o lote; portanto quando da avaliação da aceitabilidade da proposta será considerado o valor referencial de mercado de cada item/produto.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

20.1. Homologada a presente licitação, o Órgão Gerenciador lavrará um documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP.

20.1.1. A ARP terá efeito de compromisso de fornecimento, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

20.1.2. Para a assinatura da ARP, a Adjudicatária deverá estar devidamente cadastrada no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte - SUCAF e comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstradas para habilitação.

20.1.2.1. As empresas não cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – SUCAF terão até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data da homologação para solicitar o respectivo cadastramento no SUCAF.

20.1.2.2. As informações para cadastro no SUCAF estão disponíveis no sítio www.pbh.gov.br/sucaf.

20.1.3. **Quando da assinatura da Ata a adjudicatária deverá apresentar Declaração da Lei Orgânica, conforme modelo Anexo VII.**

20.2. A adjudicatária terá até 3 (três) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

20.2.1. O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

20.3. É facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

20.4. A ARP terá validade e vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo ou da sua íntegra no DOM – Diário Oficial do Município.

20.5. A Nota de Empenho ou outro instrumento hábil substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei 8.666/93.

20.6. A ARP a ser celebrada, conforme Minuta - Anexo VIII - parte integrante deste edital, conterà, dentre suas cláusulas, as de: Prazos e locais de entrega; Condições de recebimento; Condições de pagamento; Obrigações do Fornecedor; Obrigações do Órgão Gerenciador; Revisão de Preços e Alteração de Marcas; Pesquisa de Preços; Obrigações dos Órgãos Participantes e Cancelamento do Registro de Preços.

20.7. A ARP será lavrada em três vias.

20.8. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da ARP no DOM – Diário Oficial do Município – será providenciada e correrá por conta e ônus da Administração Municipal.

21. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.

21.2. Uma vez registrado(s) o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas neste Edital e na ARP.

21.3. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao fornecedor da Ata a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.

21.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

21.5. Após autorização, a Diretoria de Logística/Gerência de Compras ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.

21.5.1. O fornecedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da convocação, para retirar a Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento.

21.6. Na hipótese de a Diretoria de Logística/Gerência de Compras ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

21.7. O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

21.8. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

21.9. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produtos(s), com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

21.10. Para as Atas de Registro de Preços que contemplem cotas reservadas e cotas principais à ampla concorrência para um mesmo item, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das Atas pelos órgãos participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.

22. DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

22.1. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente processo licitatório poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta federal, estadual e municipal, observada a legislação vigente.

22.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.

22.3. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gestor e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Verificada a prática de ato ilícito (assim considerada a conduta que infringe dispositivos legais e/ou regras previstas no cadastramento junto ao SUCAF, atos convocatórios de licitação, no contrato ou instrumento que o substitui), ficará o Fornecedor sujeito às seguintes penalidades:

23.1.1. advertência.

23.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) multa indenizatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o)
- d) multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em

desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

- g) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP ou instrumento equivalente quando o infrator der causa ao seu cancelamento;
- h) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP ou instrumento equivalente e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

23.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto n art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 e art. 11 do Decreto Municipal nº 15.113/13.

23.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93 e art. 15 do Decreto Municipal nº 15.113/13.

23.1.5. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

23.2. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, de forma fundamentada, e não eximem o contratado da plena execução do objeto contratual.

23.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos caracterizará inexecução total do contrato e ocasionará sua rescisão, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

23.4. É competente para aplicar as sanções de advertência e multa a Diretora de Logística da Secretaria Municipal de Saúde

23.5. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar são de competência do Secretário Municipal Adjunto de Saúde.

23.6. A aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Secretário Municipal de Saúde.

23.7. Na aplicação das penalidades previstas nos itens 23.1.1 a 23.1.3 e 23.1.5, será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.

23.8. Na aplicação da penalidade prevista no item 23.1.4, será facultada a defesa prévia da contratada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.

23.9. As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas conforme os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013.

23.10. O desempenho insatisfatório da Contratada será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal 11.245/03.

24. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

24.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

24.2. A SMSA exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

24.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

24.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;

24.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

24.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

24.2.5. “prática obstrutiva” significa:

24.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

24.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

24.3. O Município rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

24.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, por meio de consulta no quadro “*Pesquisa de Certame*” → definir comprador “Prefeitura Municipal de Belo Horizonte” → Modalidade “Pregão Eletrônico” → informar o número e o ano do certame → Pesquisar → selecionar “*Nº Certame*” → Acessar aba “*Editais*”.

25.1.1. No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.

25.1.2. Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento da(s) licitante(s).

25.2. Os documentos exigidos no presente edital deverão ser encaminhados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou por servidor do órgão licitante, para o seguinte endereço: Avenida Afonso Pena, nº 2.336 – 6º andar, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-012.

25.2.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;

25.2.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;

25.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao licitante direito à indenização, excetuadas as hipóteses previstas em lei.

25.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da execução do fornecimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, no cancelamento da ARP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.5. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

25.6. O pregoeiro, no exercício de suas funções, poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por servidor/comissão, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.

25.7. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

25.8. O não atendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

25.9. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor não importará de forma alguma em alteração ou novação.

25.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

25.11. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via sistema eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

25.12. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo pregoeiro ou pela autoridade a ele superior.

25.13. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.

25.14. Os fornecimentos dos produtos, objetos do presente Edital, serão tratados como contratações autônomas e independentes, para todos os fins de direito.

25.15. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

25.16. A ARP será rescindida nos casos de:

25.16.1. subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

25.16.2. associação da Contratada com outrem, bem como realização de fusão, cisão ou incorporação, salvo com expressa autorização do Contratante.

25.17. Será anulado o procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, não gerando para a SMSA obrigação de indenizar, salvo o disposto no art. 59, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.



25.18. O Fornecedor deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 7 deste edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

25.19. É de exclusiva responsabilidade do licitante declarado vencedor, para efeito da contratação, providenciar seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrado, nos termos do Decreto Municipal 11.245/03. Se cadastrado o licitante deverá manter a documentação atualizada.

25.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Belo Horizonte, local da realização do certame.

25.21. Constituem anexos do presente edital e dele fazem parte os seguintes documentos:

- Anexo I – Descrição do produto com indicação da quantidade total estimada;
- Anexo II - Modelo de Proposta de Preços
- Anexo III – Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação.
- Anexo IV – Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;
- Anexo V – Modelo de Declaração de Beneficiário da Lei Complementar Nº 123/2006;
- Anexo VI– Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- Anexo VII – Modelo de Declaração da Lei Orgânica;
- Anexo VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços – ARP;
- Anexo IX – Termo de Comodato;
- Anexo X – Termo de Referência.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2018.

Diretoria de Logística
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

DESCRIÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS PRODUTOS

LOTE ÚNICO

SICAM	Descrição	Unidade de Compra	Quant.
03958	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO, ESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM 13 MM DE DIÂMETRO E 100 MM DE ALTURA, COM GEL SEPARADOR E SEM ANTICOAGULANTE, 6 ML, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE +/- 1 ML, PARA OBTENÇÃO DO SORO, COM TAMPA DE BORRACHA E ETIQUETA AUTO-ADESIVA CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	22.800
10291	ARTIGO PARA PUNÇÃO VENOSA, COM TRAVA DE SEGURANÇA QUE RECOBRE A AGULHA APÓS COLETA DE SANGUE À VÁCUO, ESTÉRIL, COM ADAPTADOR DE LUER PARA COLETAS MÚLTIPLAS. ACOMPANHADO DE ADAPTADOR DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, TUBO EM VINIL FLEXÍVEL, AGULHA 23 G (CALIBRE 6), ASAS FLEXÍVEIS DE COR AZUL CLARO. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	144.000
12323	ARTIGO PARA PUNÇÃO VENOSA, COM TRAVA DE SEGURANÇA QUE RECOBRE A AGULHA APÓS A PUNÇÃO. TRANSPARENTE, ESPECIAL PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO, ESTÉRIL, COM ADAPTADOR DE LUER PARA COLETAS MÚLTIPLAS. ACOMPANHADO DE ADAPTADOR DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, TUBO EM VINIL FLEXÍVEL, AGULHA 23 G (CALIBRE 6), ASAS FLEXÍVEIS DE COR AZUL CLARO. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	15.600
12341	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DIÂMETRO EXTERNO DE 13 MM E ALTURA DE 75 MM, COM FLUORETO DE SÓDIO E EDTA, 5 ML, VARIAÇÃO DE +/- 1 ML, PARA OBTENÇÃO DO PLASMA, COM TAMPA DE BORRACHA, E ETIQUETA AUTO-ADESIVA, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	9.600
48241	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE 22 G, MEDIDAS APROXIMADAS 25 X 7 MM, PARA COLETA MÚLTIPLA, A VÁCUO, COM ADAPTADOR DE USO ÚNICO. A AGULHA DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INTEGRADO NA PRÓPRIA AGULHA OU NO ADAPTADOR DE USO ÚNICO. UNIDADE.	UNIDADE	180.000
48242	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE, 21 G, MEDIDAS APROXIMADAS 25 X 8 MM, PARA COLETA MÚLTIPLA, A VÁCUO, COM ADAPTADOR DE USO ÚNICO. A AGULHA DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INTEGRADO NA PRÓPRIA AGULHA OU NO ADAPTADOR DE USO ÚNICO. UNIDADE.	UNIDADE	1.800.000



56374	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO COM PAREDE DUPLA, MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TRANSPARENTE, COM DIÂMETRO EXTERNO DE 13 MM E ALTURA DE 75 MM, COM ANTICOAGULANTE CITRATO DE SÓDIO 3,2 POR CENTO, PARA COAGULOGRAMA. VOLUME DE ASPIRAÇÃO 2,0 A 3,0 ML, COM TAMPA DE BORRACHA E ETIQUETA AUTO-ADESIVA CONTENDO DATA DE VALIDADE E LOTE , CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.400
64399	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM BICO COLETOR CONTENDO ANTICOAGULANTE EDTA, TAMPA PLÁSTICA NA COR ROXA, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO DE 0,25 A 1 ML COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	8.400
64400	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM BICO COLETOR CONTENDO ANTICOAGULANTE CITRATO DE SÓDIO, TAMPA PLÁSTICA NA COR AZUL, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO DE 0,25 A 1,8 ML, COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	8.400
64527	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO ÂMBAR OU ACOMPANHADO DE ADAPTADOR NA COR ÂMBAR, COM BICO COLETOR CONTENDO ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, TAMPA PLÁSTICA PROTETORA NA COR AMARELA, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO: MÍNIMO DE 0,25 ATÉ 1 ML, COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	8.400

Observação: a empresa vencedora deverá fornecer, em comodato, as destampadoras de tubos e será a responsável pela manutenção e/ou troca das mesmas em 24 horas.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA

Ao
Município de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria de Logística / Gerência de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2017

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº, estabelecida na Av./Rua, nº, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, e-mail, vem apresentar sua proposta de preços para fornecimento de (PREENCHER CONFORME O LOTE) pelo sistema de Registro de Preços, de acordo com as exigências do edital supracitado.

LOTE ÚNICO							
ITEM	CÓD. SICAM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO:							

- 1 – No preço proposto estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e descarregamento até o interior do local estipulado para entrega do(s) produto(s), embalagem e demais encargos e/ou quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão.
- 2 – O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.
- 3- Indicação do representante legal da empresa responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

Local e data

.....
(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º

A empresa com sede na n.º, Bairro, inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n.º e do CPF n.º DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados no item 15 – Exigências para Habilitação – deste pregão.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

A empresa com sede na nº Bairro , cidade de, inscrita no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.), portador (a) Carteira de Identidade R.G. nº..... e do CPF nº DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

- Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ___ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR
123/2006**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante _____ é beneficiária da Lei Complementar 123/2006, na condição de _____ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a X do § 4º do art. 3º da Lei 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

_____, ___ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da _____ (Razão Social do Licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no _____ (endereço completo) _____, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, *in verbis*:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da adjudicatária

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2017

I.J.

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde,, celebra com a empresa....., CNPJ....., doravante denominada FORNECEDOR, estabelecida na, representada por, a presente Ata de Registro de Preços- ARP, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para futura aquisição de, em que se registram os preços e as condições a serem praticadas, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 16.538/16, nº 15.113/2013 e nº 15.185/2013 e demais normas pertinentes em vigor, inclusive as Resoluções da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED nº 3 de 02/03/2011 e nº 04 de 09/03/2011 decorrente do certame licitatório - Pregão Eletrônico nº 151/2017, processo administrativo nº 04.001.027.17.74, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste, o registro de preços para aquisição de Materiais de laboratório para realização de coleta de sangue a vácuo – tubo coletor, artigo para punção, agulha e outros, com comodato de destampadoras de tubos, consignado em Ata, conforme descrição(ões) e quantidades(s) estimada(s) constantes na Especificação Técnica, Anexo I do Edital e desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do seu resumo ou da íntegra no DOM – Diário Oficial do Município, vedada sua prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL

O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontra(m)-se indicado(s) no Anexo I – Especificação Técnica - desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços perfaz o montante de R\$(valor por extenso).

CLÁUSULA QUINTA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do fornecimento serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

(PREENCHER CONFORME IDO)

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 16.538/16 e demais normas complementares.
- 6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Fornecedor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital e nesta ARP.
- 6.3. A nota de empenho ou outro instrumento hábil substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4.º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.4. A existência de preço(s) registrado(s) não obriga a Administração a firmar as contratações que dele(s) poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurando-se ao fornecedor do registro a preferência de fornecimento, no caso de igualdade de condições das propostas.
- 6.5. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).
- 6.6. Após autorização da aquisição, a Diretoria de Logística/Gerência de Compras ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor da ARP.
 - 6.6.1. O fornecedor terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da convocação, para retirar a Nota de Empenho.
- 6.7. Na hipótese de a Diretoria de Logística/Gerência de Compras ou equivalentes dos Órgãos Participantes não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil ao Fornecedor, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para que o Fornecedor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da convocação.
- 6.8. O Fornecedor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.
- 6.9. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da Ata de Registro de Preços.

6.10. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega dos produtos, com ônus para o Fornecedor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE.

7.1. O prazo máximo de entrega do(s) produto (s) será de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada/Detentora.

7.2. O local para entrega: Gerência de Logística Apoio a Rede e Almoxarifado – Rua Piraquara 325 – Vila Oeste – Belo Horizonte, horário de 9:00 às 16:00.

7.2.1. Durante a execução do fornecimento, os locais de entrega poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública, dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conforme descrito na Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

7.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no interior dos locais designados para a entrega e o descarregamento dos mesmos será de responsabilidade do Fornecedor.

7.4 Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio, devendo estar protegidos da incidência solar direta, do calor excessivo ou umidade.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

8.1. O recebimento do(s) produto(s) no(s) local(is) designado(s) na(s) Nota(s) de Empenho ou outro instrumento hábil será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

8.1.1. O Fornecedor dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivos;

8.1.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pelo Fornecedor, receberá o(s) produto(s) provisoriamente para verificação de especificação(ões), quantidade(s), marca(s), preço(s), prazo(s) e outras exigências que se fizerem pertinentes:

8.1.2.1. a aceitação provisória dar-se-á em 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de recebimento, mediante recibo aposto na nota fiscal respectiva;

8.1.2.2. encontrando irregularidade, fixará prazo para correção pela Contratada;

- 8.1.2.3. aprovando, receberá definitivamente mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva.
- 8.1.2.4 encontrando irregularidade ou caso o(s) produto(s) esteja(m) fora dos padrões determinados, a unidade recebedora o(s) devolverá para regularização no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;
- 8.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo Fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Órgão competente para providências de penalização.
- 8.3. É vedada tanto a entrega do(s) produto(s) por parte do Fornecedor, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelos órgãos participantes, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no DOM – Diário Oficial do Município.
- 8.4. O(s) produto(s) deverá(ão) ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 8.5. O Fornecedor somente poderá entregar o(s) produto(s) nos horários e locais estabelecidos pelos Órgãos Participantes. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos nesta Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados por servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 9.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a(s) marca(s), modelo(se houver) e a quantidade do(s) produto(s) efetivamente entregue(s).
- 9.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Gerência Financeira ou equivalente da Secretaria Municipal de Saúde.
- 9.4. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do Fornecedor, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.
- 9.5. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o contratante.
- 9.6. A Secretaria Municipal de Saúde poderá reter o pagamento em caso de responsabilidade da do fornecedor, ou ainda, para recebimento de multas aplicadas como penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REVISÃO DE PREÇO E DA ALTERAÇÃO DE MARCA

10.1. O(s) preço(s) registrado(s) vigente(s) poderá(ão) ser revisto(s), por solicitação formal do Detentor, somente para que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

10.1.1. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas, e será analisada pela Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde.

10.1.2. A análise para deferimento total ou parcial ou ainda para indeferimento da revisão solicitada deverá ser instruída com justificativa e memória dos respectivos cálculos, para deliberação e posterior ratificação pelo Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde, em 30 (trinta) dias.

10.1.2.1. O pedido de revisão, enquanto analisado, não isenta o Detentor a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

10.1.4. O percentual de diferença entre o preço de mercado pesquisado para formação do preço de referência e o preço do vencedor deverá, preferencialmente, ser mantido durante a vigência da Ata de Registro de Preços e não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico.

10.1.5. Os preços registrados também poderão ser revistos pela Diretoria de Logística/Gerência de Compras quando, por meio de acompanhamento de mercado, for apurada redução do preço médio de mercado do(s) produto(s), observadas, necessariamente, as diretrizes definidas no Edital e na legislação aplicável.

10.1.5.1. Se o Detentor da Ata não concordar com a revisão do preço, a Diretoria de Logística/Gerência de Compras poderá liberá-lo do compromisso assumido, cancelando o registro e aplicando-lhe a penalidade cabível.

10.2. A alteração da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), a pedido do Detentor, somente se dará na hipótese da impossibilidade de seu fornecimento, desde que devidamente comprovada pelo mesmo e deferida pela Diretoria de Logística/Gerência de Compras que, motivadamente, poderá aquiescer com a substituição, se houver vantagem ou, no mínimo, a manutenção das condições de qualidade do(s) produto(s) registrado(s), sem acarretar em aumento no(s) preço(s) vigente(s).

10.2.1. A Diretoria de Logística/Gerência de Compras poderá exigir a substituição da(s) marca(s) fornecida(s) por outra(s), mantendo, no mínimo, padrão fixado no edital, sempre que for comprovado, em determinado momento, que a(s) marca(s) anterior(es) não atende(m) mais às especificações exigidas ou se encontra(m) fora da legislação aplicável.

10.2.2. A(s) mudança(s) da(s) marca(s) implicará(ão) em novas análises do(s) produto(s), conforme previsto no Edital e legislação aplicável.

- 10.3. Os pedidos para revisões de preços ou substituições de marcas deverão ser protocolados na Diretoria de Logística/Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena, n.º 2336, 6º andar, bairro Savassi, CEP 30.130-012, no horário de 08:00 às 17:00 horas.
- 10.4. O pedido de revisão que ocasionar alteração de preço e as substituições de marcas somente terão validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.
- 10.4.1. A alteração de preço valerá somente para o(s) preço(s) registrado(s) na Ata de Registro de Preços, visando futuras contratações e não para as contratações já realizadas.
- 10.4.2. Será(ão) pago(s) o(s) preço(s) vigente(s) na data em que as Ordens de Fornecimento forem entregues ao Detentor, independentemente da data de entrega do(s) produto(s) ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.
- 10.5. É de responsabilidade dos Órgãos Participantes e dos Órgãos Interessados que futuramente aderirem à ARP, o acompanhamento das alterações de preço e de marca do(s) produto(s) no DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 11.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.
- 11.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.
- 11.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.
- 11.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.
- 11.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.
- 11.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).
- 11.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.
- 11.8. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 12.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 12.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do Órgão Gerenciador.
- 12.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 12.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 12.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 12.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.
- 12.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 12.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
- 12.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 13.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.
- 13.2. Atender, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
- 13.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

- 13.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.
- 13.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.
- 13.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 13.7. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
 - 13.7.1. O Fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.
- 13.8. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador, ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados no edital e nesta ARP, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.
- 13.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 13.10. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador ou Órgão Participante, quando solicitadas.
- 13.11. Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 13.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 13.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 13.14. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 13.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão Gerenciador e Participantes.

- 13.16. A contratada deverá fornecer as destampadoras na forma de comodato e ser responsável pela manutenção e/ou troca das mesmas em 24 horas após a solicitação do Contratante. A manutenção ou retirada, deverá ser feita somente após o término dos insumos no estoque do almoxarifado, independente do término do contrato vigente.
- 13.17. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Verificada a prática de ato ilícito (assim considerada a conduta que infringe dispositivos legais e/ou regras previstas no cadastramento junto ao SUCAF, atos convocatórios de licitação, no contrato ou instrumento que o substitui), deverão ser observados os procedimentos, conceitos, prazos e sanções estabelecidos no Decreto Municipal nº 15.113, de 8 de janeiro de 2013, que prevê as seguintes penalidades:

14.1.1. advertência.

14.1.2. multas nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) multa indenizatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o)
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, nos termos do art. 7º, IV, do Decreto Municipal nº 15.113/13;
- d) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- e) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP ou instrumento equivalente quando o infrator der causa ao seu cancelamento;
- f) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP ou instrumento equivalente e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

- 14.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto n° art. 87, III, da Lei n° 8.666/93 e art. 11 do Decreto Municipal n° 15.113/13.
- 14.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93 e art. 15 do Decreto Municipal n° 15.113/13.
- 14.1.5. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7° da Lei n° 10.520/02.
- 14.2. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, de forma fundamentada, e não eximem o contratado da plena execução do objeto contratual.
- 14.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos caracterizará inexecução total do contrato e ocasionará sua rescisão, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 14.4. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.
- 14.4.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subseqüentes à sua aplicação.
- 14.5. A aplicação das penalidades de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar são de competência do Secretário Municipal Adjunto de Saúde.
- 14.6. A aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência do Secretário Municipal de Saúde.
- 14.7. Na aplicação das penalidades previstas nos itens 14.1.1 a 14.1.3 e 14.1.5, será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.
- 14.8. Na aplicação da penalidade prevista no item 14.1.4, será facultada a defesa prévia da contratada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.
- 14.9. As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas conforme os procedimentos previstos no Decreto Municipal n° 15.113, de 08 de janeiro de 2013.
- 14.10. O desempenho insatisfatório da Contratada será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal 11.245/03.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro de preços do fornecedor observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - pelo descumprimento parcial ou total, por parte do fornecedor, das condições da ARP;

II - quando o fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do Registro de Preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Órgão Gerenciador;

III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV - nas hipóteses dos preços registrados se tornarem superiores àqueles praticados no mercado e o fornecedor se recusar a adequá-los na forma prevista no edital e na Ata de Registro de Preços;

V - por razões de interesse público;

VI - quando o fornecedor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal;

VII - quando o fornecedor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

VIII - amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

IX - por ordem judicial.

15.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem, excluída a alegação de elevação dos preços de mercado.

15.3. A solicitação do fornecedor para cancelamento do seu Registro de Preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão Gerenciador.

15.4. A notificação para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao fornecedor por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no Diário Oficial do Município.

15.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas na legislação.

15.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da autoridade superior do Órgão Gerenciador e publicado no Diário Oficial do Município- DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

16.1. A ARP poderá ser utilizada por qualquer ente ou órgão da Administração incluindo outros órgãos de outras esferas governamentais que não tenham participado do certame licitatório, nos termos do Decreto Municipal n.º 16.538/2016.

16.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ARP para o órgão gestor e órgãos participantes.

16.3. O quantitativo decorrente das adesões à ARP não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gestor e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Fornecedor, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

17.2. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

17.3. A ARP será rescindida nos casos de:

17.3.1. subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Municipal, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Fornecedor.

17.3.2. associação do Fornecedor com outrem, bem como realização de fusão, cisão ou incorporação, salvo com expressa autorização da Administração Municipal.

17.4. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no DOM – Diário Oficial do Município - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

17.5. Vincula-se à presente ARP, a proposta do Fornecedor, nos termos do art. 55, XI, da Lei 8.666/93 e integram o presente instrumento os seguintes anexos:

ANEXO I – Informações sobre os produtos registrados;



17.6. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Belo Horizonte/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

.....
Secretário Municipal de Saúde

.....
Fornecedor da Ata de Registro



ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS REGISTRADOS

(PREENCHER CONFORME O(S) LOTE(S))

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .../...						
PROCESSO N.º:			PREGÃO N.º :			
DATA DO PREGÃO:						
FORNECEDOR:						
ENDEREÇO:						
CNPJ/MF:						
CÓDIGO SICAM	DESCRIÇÃO	UNL.COTAÇÃO	MARCA/ FABRICAN TE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MERCADO	DIFERENÇA %
(*) PESQUISA:		FONTE		DA	DATA PESQUISA:	DA
PRAZO DE ENTREGA:						
DATA DESTE REGISTRO:			VIGÊNCIA:			

ANEXO IX
MINUTA TERMO DE COMODATO
VINCULADO AO PREGÃO ELETRÔNICO 201./....

I.J.

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, doravante denominado COMODATÁRIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde,, celebra com a empresa....., CNPJ....., doravante denominada COMODANTE, estabelecida na, representada por, o presente Termo de Comodato, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 16.538/16, nº 15.113/2013 e nº 15.185/2013, decorrente do certame licitatório - Pregão Eletrônico 201./000, processo administrativo nº 04.000000.00.00, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo é o empréstimo para uso gratuito de 4 (quatro) destampadoras de tubos, sendo de responsabilidade da comodante a manutenção e/ou troca das mesmas em 24 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data da publicação da ARP vinculada à este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DESTAMPADORAS EM COMODATO

As destampadoras são essenciais para a retirada das tampas da imensidade quantitativos de tubos coletores de sangue a vácuo que são colhidos diariamente nos Postos de Coletas de Sangue no atendimento dos pacientes atendidos no Município. Esses equipamentos visam atender:

- as necessidades dos laboratórios na agilidade no preparo dos tubos de sangue para a realização dos exames favorecendo o diagnóstico;
- a prevenção ao acometimento de doenças nos trabalhadores ocasionadas por repetição de movimentos no ato de destampar os tubos e ainda a prevenção de contaminação dos técnicos no manuseio dos tubos.

Desta forma o uso das destampadoras atuam na promoção à saúde do servidor que trabalha nesta área nos laboratórios da SMSA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO

- I. Receber, em regime de comodato, 04 (quatro) destampadoras de tubos

- II. Não transferir o objeto do comodato sem a prévia anuência expressa do Comodante;
- III. Notificar o Comodante, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades;
- IV. Conservar o objeto do presente termo, responsabilizando-se pela reparação de defeitos, salvo aqueles decorrentes do uso normal do bem;
- V. Restituir ao Comodante, após o término dos insumos, o objeto em perfeito estado de conservação e funcionamento;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMODANTE

- I. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) equipamento(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- II. Garantir a boa qualidade do(s) equipamento(s) cedido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
- III. Responsabilizar-se pela manutenção e/ou troca das destampadoras em 24 horas, conforme estabelecido no edital e seus anexos

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

- I. Qualquer infração ao disposto no presente termo importará na sua imediata rescisão, de pleno direito, independente de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial;
- II. O presente termo também poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante comunicação formal da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente termo depende de seu registro junto à Procuradoria Geral do Município, cabendo ao COMODATÁRIO a publicação de seu extrato em edição do DOM – Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

É competente o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente termo.



E por assim estarem justas e combinadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente termo e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 151/ 2017

1. UNIDADE REQUISITANTE:

GELOG SMSA – Gerência de Logística, Apoio à Rede e Almoxarifado.

2. RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:

Maria das Graças Moreira Fernandes

3. DATA:

16/08/2018

4. OBJETO:

4.1. Registro de Preços para aquisição de materiais de laboratório para realização de coleta de sangue a vácuo – tubo coletor, artigo para punção, agulha e outros, com comodato de 04 destampadoras de tubos, para atender a demanda do Município de Belo Horizonte por um período de 12 (doze) meses conforme descrito abaixo:

LOTE ÚNICO

SICAM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VIDA ÚTIL SUPERIOR A ___% (conf. SICAM)
3958	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM 13 MM DE DIÂMETRO E 100 MM DE ALTURA, COM GEL SEPARADOR E SEM ANTICOAGULANTE, 6 ML, COM VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE +/- 1 ML, PARA OBTENÇÃO DO SORO, COM TAMPA DE BORRACHA E ETIQUETA AUTO-ADESIVA CONTENDO LOTE E DATA DE VALIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	22.800	90%
10291	ARTIGO PARA PUNÇÃO VENOSA, COM TRAVA DE SEGURANÇA QUE RECOBRE A AGULHA APÓS A PUNÇÃO. TRANSPARENTE, ESPECIAL PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO, ESTÉRIL, COM ADAPTADOR DE LUER PARA COLETAS MÚLTIPLAS. ACOMPANHADO DE ADAPTADOR DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, TUBO EM VINIL FLEXÍVEL, AGULHA 23 G (CALIBRE 6), ASAS FLEXÍVEIS DE COR AZUL CLARO. EMBALAGEM UNITÁRIA.	UNIDADE	144.000	90%
12323	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TRANSPARENTE, COM DIÂMETRO EXTERNO DE 13 MM E ALTURA DE 75 MM, COM ANTICOAGULANTE EDTA, 5 ML, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE +/- 1,0 ML, PARA OBTENÇÃO DE SANGUE TOTAL, COM TAMPA DE BORRACHA E ETIQUETA AUTO-ADESIVA, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	15.600	90%
12341	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, DIÂMETRO EXTERNO DE 13 MM E ALTURA DE 75 MM, COM FLUORETO DE SÓDIO E EDTA, 5 ML, VARIAÇÃO DE +/- 1 ML, PARA OBTENÇÃO DO PLASMA, COM TAMPA	CAIXA	9.600	90%



	DE BORRACHA, E ETIQUETA AUTO-ADESIVA, CAIXA COM 100 UNIDADES			
48241	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE 22 G, MEDIDAS APROXIMADAS 25 X 7 MM, PARA COLETA MÚLTIPLA, A VÁCUO, COM ADAPTADOR DE USO ÚNICO. A AGULHA DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INTEGRADO NA PRÓPRIA AGULHA OU NO ADAPTADOR DE USO ÚNICO. UNIDADE.	UNIDADE	180.000	90%
48242	AGULHA PARA COLETA DE SANGUE, 21 G, MEDIDAS APROXIMADAS 25 X 8 MM, PARA COLETA MÚLTIPLA, A VÁCUO, COM ADAPTADOR DE USO ÚNICO. A AGULHA DEVERÁ POSSUIR DISPOSITIVO DE SEGURANÇA INTEGRADO NA PRÓPRIA AGULHA OU NO ADAPTADOR DE USO ÚNICO. UNIDADE.	UNIDADE	1.800.000	90%
56374	TUBO COLETOR DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO COM PAREDE DUPLA, MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, TRANSPARENTE, COM DIÂMETRO EXTERNO DE 13 MM E ALTURA DE 75 MM, COM ANTICOAGULANTE CITRATO DE SÓDIO 3,2 POR CENTO, PARA COAGULOGAMA. VOLUME DE ASPIRAÇÃO 2,0 A 3,0 ML, COM TAMPA DE BORRACHA E ETIQUETA AUTO-ADESIVA CONTENDO DATA DE VALIDADE E LOTE, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2.400	90%
64399	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM BICO COLETOR CONTENDO ANTICOAGULANTE EDTA, TAMPA PLÁSTICA NA COR ROXA, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO DE 0,25 A 1 ML COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	8.400	
64400	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM BICO COLETOR CONTENDO ANTICOAGULANTE CITRATO DE SÓDIO, TAMPA PLÁSTICA NA COR AZUL, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO DE 0,25 A 1,8 ML, COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UNIDADE	8.400	
64527	TUBO COLETOR DE SANGUE PARA MICROCOLETA, PLÁSTICO ÂMBAR OU ACOMPANHADO DE ADAPTADOR NA COR ÂMBAR, COM BICO COLETOR CONTENDO ATIVADOR DE COÁGULO E GEL SEPARADOR, TAMPA PLÁSTICA PROTETORA NA COR AMARELA, CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO: MÍNIMO DE 0,25 ATÉ 1 ML, COM MARCA DE PREENCHIMENTO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ACOMPANHADO DE TUBO SUPORTE, ETIQUETA AUTO-ADESIVA OU MARCAÇÃO NO PRÓPRIO TUBO CONTENDO PRAZO	UNIDADE	8.400	90%



	DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.			
--	---	--	--	--

5. JUSTIFICATIVA:

5.1. Os itens são enquadrados na classificação de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado. Assim, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item.

A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços se justifica pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de entregas parceladas.

5.2. Os insumos relacionados neste Termo de Referência são para o abastecimento de todos os Postos de Coletas de Sangue da Rede Assistencial da SMSA para uso nas coletas de sangue a vácuo para a obtenção das amostras de sangue, cuja finalidade é fornecer a possibilidade de realização de toda a diversidade dos exames laboratoriais dos pacientes do SUS-Belo Horizonte.

5.3. Estes materiais são essenciais para as análises laboratoriais, na busca do diagnóstico das enfermidades, para a definição de medidas preventivas para a interrupção do ciclo da doença, evitando a disseminação dos agentes patogênicos e epidemias; bem como dos efeitos nocivos causados aos pacientes. O conhecimento do patógeno permite a busca e a indicação do melhor tratamento para a cura das enfermidades.

A falta destes itens poderá ocasionar a suspensão do atendimento aos usuários nas unidades de saúde citadas. O quantitativo dos itens atende ao consumo provável em 12 meses, conforme programação das unidades.

5.4. Esta compra se dará por meio do Sistema de Registro de Preços, com o fornecimento em regime de comodato de 04 (quatro) destampadoras de tubos. Esses equipamentos são utilizados nos procedimentos pré-analíticos dos exames de sangue realizados nos Laboratórios da SMSA-BH.

As destampadoras são essenciais para a retirada das tampas da imensidade de tubos coletores de sangue a vácuo, que são colhidos diariamente nos Postos de Coleta no Município. Esses equipamentos visam atender:

- a) As necessidades dos laboratórios na agilidade do manuseio e preparo dos tubos de sangue para a realização dos exames favorecendo o diagnóstico.
- b) A prevenção da contaminação e conseqüente acometimento de doenças nos trabalhadores dos laboratórios, ocasionadas pela repetição de movimentos no ato de destampar.

5.5. Todos os materiais de coleta solicitados nesta compra fazem parte de um rol de insumos necessários à obtenção das amostras de sangue para a realização de dosagens de analitos diversos (tais como glicose, creatinina, enzimas, colesterol, dentre outros), e dos diversos testes investigativos dos patógenos (agentes causadores das doenças).

Para a efetividade dos resultados dos exames realizados com os diversos tubos coletores, agulhas e insumos, é de suma importância que toda a seqüência venha a ser fabricada, testada, armazenada e distribuída a partir da utilização de mesmas condições técnicas. Sendo de extrema importância que os materiais usados para a coleta sejam do mesmo fabricante para oferecer

materiais que tiveram a mesma origem, mesma qualidade das matérias primas e passaram pelos mesmos processos de fabricação e controle. Tais características promovem a precisão nos resultados dos exames.

5.6. Os materiais solicitados nesta compra devem ser qualificados tecnicamente através de: qualidade da matéria prima empregada na fabricação, controles de esterilidade, controle de contaminação, qualidade de armazenamento, estabilidade, dentre outros.

5.7. As máquinas destampadoras são equipamentos muito específicos e de uso restrito ao material de cada fabricante, por exemplo; o encaixe dos tubos na máquina destampadora é específico para determinada marca de fabricação. Desta forma os tubos de um fabricante serão processados nas destampadoras específicas do mesmo fabricante. Assim sendo, o fabricante dos tubos deve fornecer as máquinas de uso específico.

5.8. Concluindo, pelas razões expostas, solicitamos a realização da compra dos materiais de coleta de sangue a vácuo em **lote único global (conforme item 4.1 deste Termo de Referência) e que sejam da mesma marca de fabricação (não exigimos a marca, mas que todos os itens do lote sejam de mesmo fabricante) com o fornecimento em comodato de 04 equipamentos: destampadoras de tubos coletores**; como forma de garantir uma coerência na linha de produção, na qualidade do referido produto, e conseqüentemente na precisão e confiabilidade dos resultados dos exames dos pacientes.

6. MODALIDADE:

6.1 - Pregão Eletrônico

7. TIPO:

7.1 - Menor preço por lote

8. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

8.1. A pesquisa de mercado apontou para os itens, nos termos das especificações e necessidade da SMSA, como o valor praticado de R\$5.236.584,00 – (Cinco milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

9. DOTAÇÃO(ÇÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição serão acobertadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

2302.0089.10.301.157.2690.0001.339030.24.03.50

2302.0089.10.301.157.2690.0001.339030.24.03.50

2302.0089.10.305.028.2829.0008.339030.24.03.50

10. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

10.1. Habilitação Jurídica conforme art. 28 da Lei 8.666/93:

10.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores reconhecido nacionalmente (CNH, Carteira de Identidade, Registro Profissional ou

outro), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.3. Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista conforme art. 29 da Lei 8.666/93

10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.3. Qualificação Técnica conforme Artigo 30 da Lei 8.666/93:

10.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu serviços de natureza compatível.

10.3.2. O Alvará de autorização sanitária emitido pelo órgão responsável pela vigilância sanitária tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados.

10.3.3. Comprovação de autorização de funcionamento do interessado junto ao Ministério da Saúde, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

a) Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e

órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC nº 16 / 2014.

- b) A empresa que não tiver a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente cometerá infração sanitária e estará sujeita a pena de advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa, de acordo com os termos da Lei nº 6.437/1977.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira conforme art. 31 da Lei 8.666/93:

- 10.1.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do interessado, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

10.5. Declarações:

- 10.5.1 Declaração expressa de que o interessado não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.
- 10.5.2 Declaração de elaboração independente de proposta (Decreto Municipal n.14.297/2011).

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

- 11.1. Critério de julgamento: menor preço por lote.

11.2. A proposta de preços deverá conter:

- 11.2.1. Especificação do (s) produto (s) conforme este TR;
- 11.2.2. O preço unitário e total do (s) produto (s);
- 11.2.3. A marca e modelo (se houver) do (s) produto (s);
- 11.2.4. Validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura;
- 11.2.5. Especificação detalhada da destampadora ou Folder (marca, foto, bula descritiva, capacidade operacional, Fabricante, manual com modo de operação (ou se o mesmo poderá ser consultado no site do fabricante).
- 11.2.6. FISPQ - Ficha de Segurança dos Produtos – FISPQ (Deverá ser apresentado junto à proposta ou disponibilizar a mesma para consulta no Site do Fabricante).

- 11.3. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado e devem cobrir todas as despesas inerentes ao fornecimento dos itens, tributos, encargos, custos financeiros e demais ônus que porventura possam incidir sobre a aquisição.

11.3.1. Para os produtos classificados como correlatos, conforme Lei Federal 6.360, de 26/09/76 regulamentada pelo Decreto 79.094, de 05/01/77, solicitamos a apresentação do CERTIFICADO DE REGISTRO DO PRODUTO ou publicação completa no Diário Oficial da União, com despacho da concessão de Registro, referente ao produto ofertado, ou declaração de isenção de registro. Não serão aceitos protocolos de pedido de registro. Os pedidos de renovação do registro ou da isenção serão aceitos para fins de comprovação.

12. AMOSTRAS:

- 12.1. Para fins de verificação da adequabilidade do (s) produto (s) em face das exigências deste Termo, **poderá** ser solicitada ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de 01 amostra de cada item oferecido, no prazo de 4 dias úteis contados da convocação.
- 12.2. A (s) amostra (s) deverá (ão) ser etiquetadas contendo identificação da empresa interessada, número do pregão, código do item, marca e número do lote.
- 12.3. A (s) amostra (s) deverá (ão) ser entregues nas dependências da GCOMP- SA – Gerência de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Afonso Pena, 2336 – 6º andar – Savassi, CEP 30130-012, Belo Horizonte/MG, no horário de 09h às 17 h.
- 12.3.1. Será desclassificada a proposta cujas amostras forem entregues fora do local ou prazo indicado pelo (a) pregoeiro (a) ou que estejam em desacordo com as exigências deste Termo e da legislação aplicável.
- 12.4. A (s) amostra (s) deverá (ão) ser entregues em embalagem original ou na qual será (ão) entregue (s) o (s) produto (s) (contendo as informações gerais do mesmo tais como : lote, validade, características técnicas, bula descritiva, número de testes).
- 12.5. Será desclassificada a proposta cujas amostras estejam em desacordo com as exigências deste Termo e da legislação aplicável.
- 12.6. As amostras e bulas descritivas da empresa vencedora quando solicitadas, serão retidos pela Administração e poderão ser encaminhados às unidades receptoras do (s) produto (s) para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega.
- 12.7. **Para os itens em que houver a necessidade de apresentação de amostra para avaliação da adequabilidade às exigências deste Termo de Referência,** serão avaliados conforme os critérios técnicos descritos a seguir:
- As amostras recebidas serão avaliadas inicialmente pela Referência Técnica Laboratorial da GEIAS quanto às características técnicas descritas na especificação de cada item e adequação à proposta tais como: adequação ao uso, lote, marca, vida útil, número do registro no M. Saúde. Quanto à embalagem, será verificado: adequação à capacidade oferecida na proposta, apresentação dos dados do produto e vedação sem extravasamento do líquido (em caso de produto líquido).
 - Após as avaliações iniciais pela Referência Técnica Laboratorial da GEIAS, os produtos que estiverem aptos ao uso terão suas aquisições aprovadas se forem de marcas em uso na SMSA e com bom desempenho técnico durante o período de uso.
 - Para os produtos que estiverem aptos ao uso, porém forem de marcas não usadas na SMSA ou que tenham sido utilizadas na SMSA e apresentaram alguma reclamação quanto ao uso, serão enviados para Teste de Desempenho Técnico nos Laboratórios da SMSA.
 - Se for de interesse dos fornecedores participantes, estes poderão acompanhar a realização dos testes na Unidade Laboratorial a qual o produto foi destinado em

conjunto com a Área Técnica realizadora das avaliações. Deverá ser agendada uma data para o acompanhamento conjunto entre as partes.

- e) Para as avaliações nos laboratórios da SMSA, serão utilizados critérios técnicos por comparativos dos resultados do produto em teste frente ao produto em uso como método em referência. (Em uso e já aprovado para uso na SMSA). Após a finalização das avaliações o Laboratório emitirá um parecer técnico aprovando ou não o produto avaliado para o uso na SMSA.
- f) As amostras que não forem utilizadas nos testes, ficarão sob a guarda da SMSA até a homologação do pregão. Após a homologação, os mesmos deverão ser retirados no prazo máximo de 30(trinta) dias, sendo que a SMSA não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual recolhimento dos mesmos. Findo do prazo aludido, a administração providenciará o descarte das amostras.

12.8. A entrega de amostra fora do local ou prazo indicado pelo (a) pregoeiro (a) ou a sua reprovação pela área técnica da SMSA acarretará a desclassificação do licitante.

12.9. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra.

12.10. Caso o objeto ofertado não seja aceito ou tecnicamente incompatível, o arrematante será desclassificado e será chamado o segundo colocado, ou outros sucessivamente, até a declaração do vencedor.

12.11. A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá a sua desclassificação no certame.

12.12. O(s) preço(s) registrado(s) terá(ão) como base o(s) produto(s) e a(s) marca(s) apresentada(s) para análise da(s) amostra(s), que deverá(ão) prevalecer até o final do fornecimento, salvo hipóteses previstas no edital

12.13. Validação:

12.13.1. Toda a logística, incluindo, se necessário, transporte dentro das condições pré-analíticas ideais de amostras a outros serviços é de responsabilidade do licitante vencedor.

12.13.2. O fornecimento de ferramentas estatísticas, com lançamento de dados necessários à realização da validação, será de responsabilidade do licitante vencedor.

Todos os itens deverão ser validados por meio de protocolo de validação, com no mínimo 20 (vinte) amostras de cada item.

12.13.3. O processo de validação deverá ser sem ônus para a CONTRATANTE, incluindo todos e quaisquer reagentes e consumíveis.

12.13.4. O licitante vencedor deverá garantir o acompanhamento da validação e dar todo e qualquer suporte em termos de assessoria científica.

12.13.5. O julgamento final dos dados de validação será responsabilidade dos profissionais de um Laboratório Distrital da SMSA que emitirão parecer técnico.

12.13.6. Para os itens de código 10291, 48241 e 48242 serão avaliados os seguintes aspectos:

Mínimo de 20 amostras de cada item;

Biossegurança, travamento, corte, integridade, encaixes dos dispositivos de segurança e qualidade do tubo vinílico quanto ao scalp.

12.13.7. Todos os produtos serão avaliados quanto ao conteúdo de seus rótulos, considerando a presença do nº de lote, validade, indicação de volume final, aditivo, linha de preenchimento máximo.

12.13.8. Para os itens de códigos 3958, 12323, 12341, 56374, 64399, 64400 e 64527 serão avaliados os seguintes aspectos:

- a) Mínimo de 20 amostras de cada item;
- b) Dimensão (altura, diâmetro), volume, capacidade do vácuo, vedação, adaptação aos equipamentos em uso para realização dos exames, resistência a impactos, resistência a variação de temperatura nos limites de – 20 a 60 °C
- c) Todos os produtos serão avaliados quanto ao conteúdo de seus rótulos, considerando a presença do nº do lote, validade, indicação de volume final, aditivo, linha de preenchimento máximo.
- d) Para o tubo de coleta contendo gel separador, serão avaliados ainda sua capacidade de formar camada única de separação, capacidade de separação dos elementos sanguíneos, estabilidade da amostra por 48 horas sem interferência nos resultados dos exames após centrifugação, preservação da integridade dos elementos sanguíneos;

12.13.9. A destampadora de tubos cedida em comodato (se for necessário) será avaliada sob os seguintes aspectos:

- a) Capacidade;
- b) Velocidade;
- c) Biossegurança;
- d) Geração de ruído;
- e) Encaixe dos tubos no próprio equipamento;
- d) Entupimentos;
- e) Extravasamentos.

12.13.10. Concluído o processo de validação, os profissionais do laboratório responsáveis pelo mesmo emitirão parecer técnico, compreendendo a avaliação da facilidade de operacionalização, capacidade operacional, qualidade técnica e adequação à rotina do laboratório, bem como todo o sistema de funcionamento dos itens objeto deste certame.

12.14. A ausência de manifestação por parte do licitante poderá, a critério do(a) pregoeiro(a), acarretar a recusa da proposta ou, ainda, a inabilitação do licitante, conforme o caso, ocasião em que se procederá a sua desclassificação no certame.

12.15. O(s) preço(s) registrado(s) terá(ão) como base o(s) produto(s) e a(s) marca(s) apresentada(s) para análise da(s) amostra(s), que deverá(ão) prevalecer até o final do fornecimento, salvo hipóteses previstas no edital

13. LAUDO TÉCNICO: (NÃO APLICÁVEL)

14. PRAZO DE ENTREGA:

14.1. O prazo máximo de entrega do (s) produto(s) será de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada/Detentora.

15. LOCAL DE ENTREGA:

- 15.1. O local da entrega será Gerência de Logística Apoio à Rede e Almoxarifado – Rua Piraquara 325 – Vila Oeste – Belo Horizonte, horário de 9:00 às 16:00.
- 15.2. O(s) produto(s) deverá(ão) ser descarregado(s) e entregue(s) no interior do local estipulado para a entrega.

16. FORMA DE ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE:

- 16.1. Os produtos deverão ser entregues em sua(s) embalagem(ns) original(is) e individual(is), dentro da mais perfeita integridade, ou seja, sem avarias e/ou danos no manuseio, devendo estar protegidos da incidência solar direta, do calor excessivo ou umidade.
- 16.2. Na entrega somente serão aceitos materiais com o mínimo de vida útil do produto de acordo com a descrição apresentada no item 4.1 do Termo de Referência, considerando a data de recebimento.

17. CONDIÇÕES DE MONTAGEM OU INSTALAÇÃO:

- 17.1 As instalações das máquinas destampadoras ocorrerão por conta do fornecedor, bem como todos os insumos que poderão ser necessários à instalação das mesmas nos Laboratórios da SMSA.

18. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

- 18.1. O recebimento do(s) produto(s) no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:
 - 18.1.1. A Contratada/Detentora dirigirá-se ao local da entrega munida da Nota Fiscal e da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, respectivo;
 - 18.1.2. A comissão/servidor, de posse dos documentos apresentados pela Contratada/Detentora, receberá o(s) produto(s) provisoriamente para verificação de especificação, quantidade, preços, prazos e outros pertinentes;
 - 18.1.2.1. Encontrando irregularidade, fixará prazo para correção pela Contratada/Detentora;
 - 18.1.2.2. Aprovando, receberá definitivamente mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva.

- 18.2. Em caso de irregularidade não sanada pela Contratada/Detentora, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 19.1. Os documentos fiscais deverão ser atestados pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento do(s) produto(s), após o recebimento definitivo do(s) mesmo(s).
- 19.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do adimplemento, pela Diretoria Financeira ou equivalente da Secretaria Municipal de Saúde.
- 19.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.
- 19.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/DETENTORA:

- 20.1. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo órgão Gerenciador;
- 20.2. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
- 20.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 20.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo órgão Gerenciador;
- 20.5. Entregar o(s) produto(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.
- 20.6. Responsabilizar-se pelo transporte do(s) produto(s) de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega.
- 20.7. Garantir a boa qualidade do(s) produto(s) fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.
- 20.8. Substituir, após solicitação do Órgão Gerenciador ou propor a substituição da(s) marca(s) do(s) produto(s) registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável.
- 20.9. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.
- 20.10. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão Gerenciador, quando solicitadas.
- 20.11. Comunicar ao Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 20.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 20.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 20.14. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 20.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao órgão Gerenciador ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução da ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Gerenciador.
- 20.16. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

21. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

21.1. QUANDO GERENCIADOR DE ARP:

- 21.1.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.
- 21.1.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não participante, nas condições previstas na legislação.
- 21.1.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.
- 21.1.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.
- 21.1.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.
- 21.1.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço (s) e marca (s).
- 21.1.7. Publicar no Diário Oficial o (s) preço (s) registrado (s), no mínimo, trimestralmente.
- 21.1.8. Exercer as demais competências constantes do Decreto Municipal 16.538/16.

21.2. QUANDO PARTICIPANTE DE ARP

- 21.2.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como responsabilizar-se pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.
- 21.2.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.
- 21.2.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.
- 21.2.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.
- 21.2.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 21.2.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.
- 21.2.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.
- 21.2.8. Pagar no vencimento a fatura correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
- 21.2.9. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento ao disposto no Inciso XIII do artigo 55 da Lei 8.666/93 e do Decreto 15.185/2013.

22. GARANTIA CONTRATUAL: (NÃO APLICÁVEL)

23. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ARP:

23.1. Ata de Registro de Preço terá validade e vigência por 12 meses, contados a partir da sua publicação, vedada sua prorrogação.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do licitante e/ou da Adjudicatária/Fornecedor, sujeitando-a as seguintes penalidades:

24.1.1. Advertência.

24.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

- a) Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- b) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar a ARP;
- c) Multa indenizatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho ou outro instrumento hábil em caso de recusa do infrator em aceitá-la(o) ou retirá-la(o)
- d) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;
- e) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas;
- f) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- g) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ARP ou instrumento equivalente quando o infrator der causa ao seu cancelamento;
- h) Multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar o cancelamento da ARP ou instrumento equivalente e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados ou registrados.

24.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante o Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 87, IV da Lei 8.666/93 e art. 15 do Decreto Municipal nº 15.113/13.

24.1.4. Impedimento de licitar e contratar, com o conseqüente descredenciamento do SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02.

24.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretora de Logística da Secretaria Municipal de Saúde.

24.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas dos pagamentos imediatamente subsequentes à sua aplicação.

24.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal Adjunto de Saúde.

24.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde.

24.5. Na aplicação das penalidades previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.4, será facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.

24.6. Na aplicação da penalidade prevista no item 24.1.3, será facultada a defesa prévia da contratada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da juntada do aviso de recebimento ou protocolo da notificação aos autos.

24.7. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, de forma fundamentada, e não eximem o fornecedor da ARP da plena execução do objeto contratual.

24.7.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

24.8. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos caracterizará inexecução total do contrato e ocasionará sua rescisão, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

24.9. Poderá, ainda, ser objeto de apuração e processo administrativo a prática considerada abusiva, inclusive aquela caracterizada por proposta com preço manifestamente majorado ou inexequível.

24.10. As penalidades previstas nesta Cláusula serão aplicadas conforme os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 15.113, de 08 de janeiro de 2013.

24.11. O desempenho insatisfatório da Contratada será anotado em sua ficha cadastral, nos termos do artigo 24, do Decreto Municipal 11.245/03.

25. CONDIÇÕES DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO: (NÃO APLICÁVEL)

26. ÓRGÃO E GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

26.1. A fiscalização e gestão do contrato será exercida pelos responsáveis abaixo designados:

Fiscal: Gerência de Insumos e Apoio à Assistência e à Saúde – GEIAS

Gestor: Diretoria de Assistência à Saúde - DIAS

27. CONSÓRCIO:

27.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio.

JUSTIFICATIVA:

A participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, podendo até restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si e ainda não daria condições de participação a outras empresas, levando a Administração a não selecionar a proposta mais vantajosa.

Entendemos também ser conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela tendo em vista que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Termo de Referência.

28. SUBCOTRATAÇÃO:

28.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto contrato, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pela Administração Municipal, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do fornecedor.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES:

29.1. Justificamos a realização desta compra em lote único (global), com mesma marca de fabricação (não é determinada a marca, mas que sejam todos do mesmo fabricante) e fornecimento em comodato de 04 máquinas destampadoras de tubos coletores, específicas para uso com os tubos coletores oferecidos, como forma de garantir uma coerência na linha de produção, na qualidade do referido produto e conseqüentemente na precisão e confiabilidade dos resultados dos exames dos pacientes. (Vide justificativas expostas nos itens 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8).

29.1.1. Esclarecemos que os itens deste Registro de Preços são utilizados em conjunto na realização das coletas de sangue a vácuo de um mesmo paciente (agulhas com adaptadores específicos, tubos coletores diversos, artigos para punção quando em coletas especiais e a máquina destampadora de tubos) e devem apresentar perfeita adequação de encaixes e apresentação de características semelhantes para a utilização com qualidade.

29.1.2. Os produtos de mesmo fabricante apresentarão as mesmas características e qualificações técnicas, tais como: matérias primas de mesma qualificação usadas na produção de todos os itens; mesmas qualificações de corpo técnico e mão de obra na fabricação; mesmas condições de maquinários utilizados na industrialização dos produtos, bem como semelhanças no armazenamento e logística.

É de extrema importância que os produtos apresentem idênticas condições de controle de qualidade na fabricação, bem como controles de registro dos produtos pela ANVISA.

29.1.3. O fornecimento em regime de comodato de 04 equipamentos para o destampamento dos tubos de coleta deverá ser realizado pelo vencedor do certame, tendo em vista que as máquinas são de uso específico para os materiais do mesmo fabricante.

29.2. Formação de Lotes:

29.2.1. Lote Único Global

Itens: 3958,10291,12323,12341,48241,48242,56374,64399,64400,64527

29.2.2. Solicitamos a formatação deste registro de preços por lote único global tendo em vista:

- a) As justificativas técnicas, as quais foram expostas nos itens 5.5 a 5.8 e 29.1.
- b) A necessidade do fornecimento por comodato de 04 equipamentos específicos para destampamento de tubos coletores, pelo vencedor no certame, sem ônus para a SMSA, bem como a realização da manutenção técnica dos mesmos, e ainda a prestação de toda a assessoria técnico-científica referente aos produtos e equipamentos.

29.2.3. Pelos motivos técnicos expostos nos itens 5.5 a 5.8 e 29.1, justifica-se a não inclusão deste pregão na obrigatoriedade de submissão à Lei Complementar 123/2006, de divisão de Lotes preferenciais para a participação de beneficiários da lei com base no Artigo 49 – parágrafo III da lei, como citado a seguir:

Lei Complementar 123/2006

Art. 49. Não se aplica o disposto nos artigos 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

Parágrafo III - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

29.2.4. Conforme explicitado nos itens 5.5 a 5.8 e 29.1, a inclusão neste pregão de lote específico para os beneficiários da Lei acima citada não será vantajosa para a administração pública e representará prejuízo ao conjunto a ser contratado neste pregão, tendo em vista que todos os materiais e os equipamentos em comodato devam ser de um único fabricante, permitindo assim à SMSA oferecer exames com igualdade dos materiais e da qualificação técnica, para todas as unidades usuárias que os empregarão na fase pré-analítica das amostras de sangue através da coleta de sangue a vácuo dos pacientes do SUS atendidos na totalidade das unidades da SMSA.

29.2.5. A divisão de cotas dos materiais acarretaria a exigência de fornecimento igualitário de equipamentos em comodato (04) também pelo vencedor do lote reservado aos beneficiários da Lei Complementar, totalizando um excesso de máquinas destampadoras (08 máquinas no total). Seria tal fornecimento desnecessário, onerando o custo final dos materiais de coleta a serem registrados, e inviável pela não disponibilidade de espaço físico para a instalação das mesmas nos laboratórios da SMSA.

29.3. Dados sobre as destampadoras:

29.3.1. A CONTRATADA/DETENTORA do Registro de Preços deverá ceder 04 (quatro) destampadoras automáticas, em regime de comodato, ou seja, sem qualquer tipo de ônus para a Secretaria Municipal de Saúde.

29.3.2. Deverão ser cedidas destampadoras, com as seguintes características:

Destampadora automática para tubos a vácuo de 13 x 75 mm, 13 x 100 mm, capacidade de 40 a 60 tubos coletores. Sistema simultâneo de funcionamento, com velocidade mínima de destampamento de 01 tubo por segundo. Voltagem bivolt.

29.3.3. As destampadoras descritas no subitem 1.2 deste Anexo deverão ser de primeiro uso ou com no máximo 02 (dois) anos de uso e, neste caso, deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, apresentar nota fiscal de importação/compra comprovando tempo de uso e notas de comprovação das manutenções preventivas.

29.4. Da manutenção das destampadoras:

29.4.1. Será de responsabilidade da empresa vencedora do lote a Manutenção Técnica, a reposição de peças e o fornecimento dos materiais necessários ao pleno funcionamento das destampadoras, sem quaisquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde. 29.4.2. Está compreendida na Manutenção Técnica, a Assistência Técnica Preventiva e Corretiva para as máquinas destampadoras durante toda a vigência contratual, até a utilização total dos produtos em estoque nas unidades, sem quaisquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde. 29.4.3. As destampadoras deverão permanecer nos laboratórios até a finalização dos estoques dos tubos coletores, mesmo após o vencimento do contrato de fornecimento de materiais.

29.5. Do atendimento técnico e científico e treinamentos:

29.5.1. Será de responsabilidade da empresa vencedora o atendimento técnico-científico, ou seja, deverá prestar assistência técnica e científica, treinamentos e demais procedimentos, quando necessário, à Secretaria Municipal de Saúde, sem quaisquer ônus.

29.5.2. Está compreendida no atendimento técnico científico, a realização de treinamentos periódicos, sempre que necessário e solicitado, para as equipes da Secretaria Municipal de Saúde com a emissão de certificados.

29.5.3. A emissão dos certificados não poderá exceder o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do treinamento e deverão ser confeccionados sem quaisquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde.

29.6. Local de entrega das destampadoras:

LABORATÓRIO	ENDEREÇO	QUANTIDADE DAS DESTAMPADORAS
Laboratório Distrital Noroeste	Rua Padre Eustáquio, 1961 – Padre Eustáquio Telefone: 3277-8518/3277-7204	01
Laboratório Distrital Oeste/Barreiro	Entrada pela Rua Frei Gaspar, 30 – Esquina com Av. Amazonas 8.889, Bairro Madre Gertrudes Telefone: 3277-9109/3277-9103	01
Laboratório Distrital Norte/Venda Nova	Rua Padre Pedro Pinto, 2.277 – Venda Nova (Estação BH-BUS) Telefone: 3277-8906/3277-5558/3277-5459	01
Laboratório Central	Rua Frederico Bracher, 103 – Carlos Prates Telefone: 3277-9273/3277-9275	01

29.7. Do recebimento das destampadoras

29.7.1. Os equipamentos serão recebidos pelas gerências das Unidades Laboratoriais.

29.7.2. Após a entrega das destampadoras o responsável pelo recebimento emitirá termo provisório de recebimento.

29.7.3. Encontrando irregularidades nas destampadoras, o responsável fixará o prazo de 72 (setenta e duas) horas para que a CONTRATADA proceda a substituição da mesma.

29.7.4. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos será considerado definitivo o recebimento, caso o responsável não se manifeste contrariamente.

29.7.5. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o responsável reduzirá a termo os fatos ocorridos, encaminhando à autoridade competente, para aplicação de penalidade.

29.7.6. O licitante vencedor terá de cumprir o prazo de entrega pactuado; garantir a boa qualidade das destampadoras cedidas.

29.7.7. O licitante vencedor deverá se responsabilizar pelo transporte das destampadoras de seu estabelecimento até os locais determinados para a entrega, bem como pelo seu descarregamento.